



CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA

CIDADE SIMPATIA – ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO Nº /2026

Ementa: Requer informações referentes ao Processo Administrativo nº 8483/2025, modalidade Inexigibilidade nº 39/2025, que resultou na contratação da sociedade de advogados MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, pelo período de 12 (doze) meses, no valor global de R\$ 11.512.858,07 (onze milhões, quinhentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sete centavos).

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal

O Vereador que a esta subscreve, em conformidade com o texto regimental desta Casa, **requer**, ouvido o Plenário, que seja oficiado ao **Prefeito Municipal**, Yan Lopes de Almeida, solicitando-lhe que informe quanto a relativas ao Processo Administrativo nº 8483/2025, modalidade Inexigibilidade nº 39/2025, que resultou na contratação da sociedade de advogados MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, para prestação de serviços técnicos especializados de advocacia, consistentes na propositura e acompanhamento, até a última instância ou decisão final, de demanda judicial, pelo período de 12 (doze) meses, no valor global de R\$ 11.512.858,07 (onze milhões, quinhentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sete centavos):

1. Encaminhar cópia integral do Processo Administrativo nº 8483/2025, incluindo pareceres técnicos e jurídicos que fundamentaram a contratação por inexigibilidade.
2. Informar qual a justificativa técnica e jurídica para a adoção da modalidade de inexigibilidade de licitação, especificando os dispositivos legais utilizados como fundamento.
3. Esclarecer quais critérios foram utilizados para demonstrar a notória especialização da sociedade contratada, bem como anexar documentação comprobatória.





CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA
CIDADE SIMPATIA – ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO Nº /2026

4. Informar se houve estudo técnico preliminar, termo de referência e estimativa detalhada de custos, encaminhando cópias dos respectivos documentos.
5. Detalhar a metodologia de cálculo que resultou no valor global de R\$ 11.512.858,07, especificando se o pagamento está vinculado a êxito na demanda judicial, percentual sobre proveito econômico ou valor fixo.
6. Informar se há outros contratos vigentes com o mesmo objeto ou com a mesma sociedade de advogados, especificando valores e prazos.
7. Esclarecer quais mecanismos de fiscalização e acompanhamento contratual serão adotados pelo Município durante a execução dos serviços.

Plenário “Vereador Fernando Navajas”, 24 de Fevereiro de 2026.

Professor Maicon Goiembiesqui
Vereador – REPUBLICANOS

